



Fevereiro/2015



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

Concurso Público para provimento de cargos de
Auditor de Controle Externo
Área Finalística Jurídica

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Prazer sem humilhação

O poeta Ferreira Gullar disse há tempos uma frase que gosta de repetir: “A crase não existe para humilhar ninguém”. Entenda-se: há normas gramaticais cuja razão de ser é emprestar clareza ao discurso escrito, valendo como ferramentas úteis e não como instrumentos de tortura ou depreciação de alguém.

Acho que o sentido dessa frase pode ampliar-se: “A arte não existe para humilhar ninguém”, entendendo-se com isso que os artistas existem para estimular e desenvolver nossa sensibilidade e inteligência do mundo, e não para produzir obras que separem e hierarquizem as pessoas. Para ficarmos no terreno da música: penso que todos devem escolher ouvir o que gostam, não aquilo que alguém determina. Mas há aqui um ponto crucial, que vale a pena discutir: estamos mesmo em condições de escolher livremente as músicas de que gostamos?

Para haver escolha real, é preciso haver opções reais. Cada vez que um carro passa com o som altíssimo de graves repetidos praticamente sem variação, num ritmo mecânico e hipnótico, é o caso de se perguntar: houve aí uma escolha? Quem alardeia os infernais decibéis de seu som motorizado pela cidade teve a chance de ouvir muitos outros gêneros musicais? Conhece muitos outros ritmos, as canções de outros países, os compositores de outras épocas, as tendências da música brasileira, os incontáveis estilos musicais já inventados e frequentados? Ou se limita a comprar no mercado o que está vendendo na prateleira dos sucessos, alimentando o círculo vicioso e enganoso do “vende porque é bom, é bom porque vende”?

Não digo que A é melhor que B, ou que X é superior a todas as letras do alfabeto; digo que é importante buscar conhecer todas as letras para escolher. Nada contra quem escolhe um “batidão” se já ouviu música clássica, desde que tenha tido realmente a oportunidade de ouvir e escolher compositores clássicos que lhe digam algo. Não acho que é preciso escolher, por exemplo, entre os grandes Pixinguinha e Bach, entre Tom Jobim e Beethoven, entre um forró e a música eletrônica das baladas, entre a música dançante e a que convida a uma audição mais serena; acho apenas que temos o direito de ouvir tudo isso antes de escolher. A boa música, a boa arte, esteja onde estiver, também não existe para humilhar ninguém.

(João Cláudio Figueira, inédito)

1. O autor da crônica se reporta ao emprego da crase, ao sentido da arte em geral e ao da música clássica em particular. A tese que articula esses três casos e justifica o título da crônica é a seguinte:
 - (A) Costumamos ter vergonha daquilo que nos causa prazer, pois nossas escolhas culturais são feitas sem qualquer critério ou disciplina.
 - (B) A possibilidade de escolha entre os vários níveis de expressão da linguagem e das artes não deve constri-
tranger, mas estimular nosso prazer.
 - (C) Tanto o emprego da crase como a audição de música clássica são reveladores do mau gosto de quem desconsidera o prazer verdadeiro dos outros.
 - (D) Somente quem se mostra submisso e humilde diante da linguagem culta e da música clássica está em condições de sentir um verdadeiro prazer.
 - (E) É comum que nos sintamos humilhados quando não conseguimos extrair prazer de todos os níveis de cultura que se oferecem ao nosso desfrute.
2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. Têm significação equivalente, no 2º parágrafo, estes dois segmentos: *estimular e desenvolver nossa sensibilidade* e *separem e hierarquizem as pessoas*.
 - II. O autor se refere ao som altíssimo do que toca num carro que passa para ilustrar o caso de quem, diante de tantas opções reais, fez uma escolha de gosto discutível.
 - III. O que importa para a definição do nosso gosto é que se abram para nós todas as opções possíveis, para que a partir delas escolhamos a que de fato mais nos apraz.Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em
 - (A) III.
 - (B) II.
 - (C) I e III.
 - (D) I.
 - (E) II e III.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
 - (A) *instrumentos de tortura ou depreciação* (1º parágrafo) = meios de aviltamento ou rejeição.
 - (B) *ritmo mecânico e hipnótico* (3º parágrafo) = toque automático e insone.
 - (C) *alardeia os infernais decibéis* (3º parágrafo) = propaga os pérfdos excessos.
 - (D) *alimentando o círculo vicioso* (3º parágrafo) = nut-
trindo a esfera pecaminosa.
 - (E) *clássicos que lhe digam algo* (4º parágrafo) = eru-
ditos que lhe transmitam alguma coisa.
4. A diversidade de épocas e de linguagens em que as artes se manifestam
 - (A) obriga o público a confiar no mercado, cujos critérios costumam respeitar tal diversidade.
 - (B) não interessa ao gosto popular, que costuma cultivar as exigências artísticas mais revolucionárias.
 - (C) constitui uma vantagem para quem se habilita a escolher de acordo com o próprio gosto.
 - (D) cria uma impossibilidade de opções reais, razão pela qual cada um de nós aprimora seu gosto pessoal.
 - (E) representa uma riqueza cultural para quem foi con-
templado com uma inata e especial sensibilidade.



5. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) A afirmação sobre a crase do poeta Ferreira Gullar exprime a convicção que seu uso deve ser facultado sem que se venha a humilhar-se.
- (B) A dificuldade de acesso à diversidade cultural dá ao mercado a possibilidade de determinar e mecanizar o gosto do grande público.
- (C) O autor do texto não crê que se devam dar às artes alguma hierarquia que implicará em que as pessoas se separem de modo inconsequente.
- (D) O círculo vicioso do mercado constitui um fenômeno do qual é difícil de se expurgar, mesmo por que seu critério é tão somente o lucro.
- (E) Pondo-se de lado a lado mestres da música clássica e popular, constata-se de que ambas têm o mesmo valor que lhes atribui nosso melhor gosto.

6. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:

- (A) Não deve representar uma humilhação para nós as eventuais falhas de redação, que pode e precisa ser sanada.
- (B) Difunde-se, já há muito tempo, preconceitos contra a grande arte, sob a alegação de que ela é produzida para uma pequena elite.
- (C) Caso não hajam opções reais, o público acabará tendo acesso não a obras de arte, mas a mercadorias em oferta.
- (D) Traumatizados pelos decibéis do som que os atormenta, ocorre a alguns motoristas reagir com violência a esses abusos.
- (E) Ao autor do texto não incomodam as pessoas ouvirem qualquer coisa, mas sim o que a elas não é facultado conhecerem.

7. Transpondo-se para a voz passiva a frase **Eles alardeavam o insuportável som instalado nos carros**, obtém-se a forma verbal

- (A) era alardeado.
- (B) tinha sido alardeado.
- (C) têm alardeado.
- (D) eram alardeados.
- (E) fora alardeado.

8. **Em qualquer época, que se ao grande público o melhor que os artistas**

Haverá plena correlação entre tempos e modos verbais na frase acima preenchendo-se as lacunas, respectivamente, com

- (A) será preciso - oferecesse - produziram
- (B) é preciso - oferecesse - produzissem
- (C) seria preciso - ofereça - têm produzido
- (D) é preciso - ofereça - produzam
- (E) era preciso - oferecia - produzem

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Pátrio poder

Pais que vivem em bairros violentos de São Paulo chegam a comprometer 20% de sua renda para manter seus filhos em escolas privadas. O investimento faz sentido? A questão, por envolver múltiplas variáveis, é complexa, mas, se fizermos questão de extrair uma resposta simples, ela é "provavelmente sim". Uma série de estudos sugere que a influência de pais sobre o comportamento dos filhos, ainda que não chegue a ser nula, é menor do que a imaginada e se dá por vias diferentes das esperadas. Quem primeiro levantou essa hipótese foi a psicóloga Judith Harris no final dos anos 90.

Para Harris, os jovens vêm programados para ser socializados não pelos pais, como pregam nossas instituições e nossa cultura, mas pelos pares, isto é, pelas outras crianças com as quais convivem. Um dos muitos argumentos que ela usa para apoiar sua teoria é o fato de que filhos de imigrantes não terminam falando com a pronúncia dos genitores, mas sim com a dos jovens que os cercam.

As grandes aglomerações urbanas, porém, introduziram um problema. Em nosso ambiente ancestral, formado por bandos de no máximo 200 pessoas, o "cantinho" das crianças era heterogêneo, reunindo meninos e meninas de várias idades. Hoje, com escolas que reúnem centenas de alunos, o(a) garoto(a) tende a socializar-se mais com coleguinhas do mesmo sexo, idade e interesses. O resultado é formação de nichos com a exacerbação de características mais marcantes. Meninas se tornam hiperfemininas, e meninos, hiperativos. O mau aluno encontra outros maus alunos, que constituirão uma subcultura onde rejeitar a escola é percebido como algo positivo. O mesmo vale para a violência e drogas. Na outra ponta, podem surgir meios que valorizem a leitura e a aplicação nos estudos.

Nesse modelo, a melhor chance que os pais têm de influir é determinando a vizinhança em que seu filho vai viver e a escola que frequentará.

(Adaptado de: SCHWARTSMAN, Hélio. **Folha de São Paulo**, 7/12/2014)

9. À pergunta *O investimento faz sentido?* o próprio autor responde: "*provavelmente sim*". Essa resposta se justifica, porque

- (A) a escola, ao contrário do que se imagina, tem efeitos tão poderosos quanto os que decorrem da convivência familiar.
- (B) as influências dos pares de um educando numa escola pública são menos nocivas do que os exemplos de seus pais.
- (C) a qualidade do convívio de um estudante com seus colegas de escola é um fator determinante para sua formação.
- (D) as grandes concentrações humanas estimulam características típicas do que já foi nosso ambiente ancestral.
- (E) a escola particular, mesmo sendo cara, acaba por desenvolver nos alunos uma subcultura crítica em relação ao ensino.



10. Com a frase <i>O resultado é formação de nichos com a exacerbação de características mais marcantes</i> (3º parágrafo) o autor está afirmando que a socialização nas escolas se dá de modo a (A) dissolver os agrupamentos perniciosos. (B) promover a competitividade entre os grupos. (C) estabelecer uma hierarquia no interior dos grupos. (D) incentivar o desempenho dos alunos mais habilitados. (E) criar grupos fortemente tipificados.	13. <i>Formam-se grupos de alunos nas escolas. O que <u>determina esses grupos</u> não é uma orientação formal; o que <u>constitui esses grupos</u>, o que <u>traça os contornos desses grupos</u>, são as afinidades individuais.</i> Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por (A) lhes determina – lhes constitui – traça-lhes os contornos (B) os determina – constitui-lhes – os traça seus contornos (C) os determina – os constitui – lhes traça os contornos (D) determina-lhes – os constitui – traça a seus contornos (E) determina-os – constitui-os – os traça contornos
11. Considere as seguintes afirmações: I. A hipótese levantada pela psicóloga Judith Harris é a de que os estudantes migrantes são menos sensíveis às influências dos pais que às de seus professores. II. O fato de um mau aluno se deixar atrair pela amizade de outro mau aluno prova que as deficiências da vida familiar antecedem e determinam o mau aproveitamento escolar. III. Do ponto de vista do desempenho escolar, podem ser positivos ou negativos os traços de afinidade que levam os estudantes a se agruparem. Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em (A) I. (B) III. (C) II e III. (D) I e II. (E) I e III.	14. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase: (A) Muita gente imagina, ainda hoje, que o convívio familiar, dado sempre como fator principal na formação de um jovem, tenha ainda um papel decisivo, quando, na verdade, essa função, para o bem ou para o mal, é exercida no interior dos grupos de colegas e amigos. (B) Muita gente imagina ainda hoje, que o convívio familiar dado sempre como fator principal na formação de um jovem, tenha ainda um papel decisivo, quando na verdade essa função, para o bem ou para o mal, é exercida no interior dos grupos de colegas e amigos. (C) Muita gente imagina, ainda hoje que o convívio familiar, dado sempre como fator principal na formação de um jovem tenha ainda, um papel decisivo, quando na verdade essa função, para o bem ou para o mal é exercida no interior dos grupos de colegas e amigos. (D) Muita gente imagina ainda hoje que, o convívio familiar, dado sempre como fator principal na formação de um jovem, tenha ainda, um papel decisivo quando na verdade, essa função para o bem ou para o mal, é exercida no interior dos grupos de colegas e amigos. (E) Muita gente imagina ainda hoje, que o convívio familiar dado sempre, como fator principal na formação de um jovem, tenha ainda um papel decisivo quando na verdade, essa função, para o bem ou para o mal é exercida, no interior dos grupos de colegas e amigos.
12. É preciso CORRIGIR a redação da seguinte frase: (A) Muita gente acha pernicioso esse processo de agrupamento dos alunos, quando cada um pode querer reforçar o que tem de pior em si mesmo. (B) Frequentar uma boa escola, ainda que isso onere bastante o orçamento familiar, representa a oportunidade de uma melhor formação pessoal. (C) É possível que a formação dos jovens esteja agora ocorrendo sob a influência não de grupos de real convívio, mas dos contatos nas redes sociais. (D) Está comprovado que os filhos de imigrantes sofrem maior influência da linguagem de seus colegas do que da língua de seus pais. (E) Não há a convicção de que a família é sua maior responsável, quando na escola a formação produzida pelos colegas lhe é muito mais relevante.	15. A expressão a que preenche adequadamente a lacuna da seguinte frase: (A) Garantir uma educação de boa qualidade é quase tão importante quanto garantir a pureza do ar aspiramos. (B) Há quem ainda ache que os valores os jovens são submetidos no convívio familiar tenham mais peso que os cultivados por seus colegas. (C) A influência exercem os jovens entre si, no interior dos grupos, acaba sendo fundamental para a formação de todos. (D) Muito leitor do texto ficará curioso para saber como era a formação se propagava nas comunidades ancestrais. (E) Poucos são os jovens venham aproveitar-se dos benefícios de uma boa formação escolar num estabelecimento privado.



Auditoria Governamental

16. As Entidades Fiscalizadoras Superiores – EFS do setor público, nas quais incluem-se os Tribunais de Contas, devem observar as normas emitidas pela *International Organization of Supreme Audit Institutions* – INTOSAI, que em sua norma ISSAI 100 aponta três tipos de auditoria. A auditoria que objetiva examinar a economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e qualidade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública, segundo o manual de auditoria do TCU adaptado às normas internacionais, é a Auditoria

- (A) das Demonstrações Contábeis.
- (B) operacional.
- (C) de Conformidade.
- (D) de Qualidade.
- (E) dos Sistemas ou TI.

17. Na condução de auditorias, devem ser observados os princípios éticos estruturais do código de Ética do *International Organization of Supreme Audit Institutions* – INTOSAI, recomendado às Entidades Fiscalizadoras Superiores – EFS, tais como os princípios de integridade, da independência, do conflito de interesse, da objetividade, da imparcialidade, da aparência, da neutralidade política, da confidencialidade e do profissionalismo.

O princípio ético que requer que o auditor observe a forma e a finalidade dos padrões de auditoria e de ética, considere os princípios de independência e objetividade, seja absolutamente honesto na realização de seu trabalho e na utilização dos recursos da EFS, mantenha impecáveis padrões de conduta profissional e tome decisões de acordo com o interesse público, é o princípio

- (A) da neutralidade política.
- (B) da objetividade.
- (C) da aparência.
- (D) do conflito de interesse.
- (E) de integridade.

18. Segundo as Normas de Auditoria Governamental – NAG, aplicáveis ao controle externo, a fase do processo de auditoria governamental na qual as evidências são coletadas e examinadas, de modo a fundamentar os comentários e opiniões, e que envolve o exame de registros e documentos, a avaliação de processos e sistemas orçamentários, financeiros, patrimoniais e operacionais, com vistas a informar sobre a confiabilidade do Sistema de Controles Internos – SCI, a legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos, regularidade das contas, o desempenho da gestão e os resultados das políticas, programas e projetos públicos, corresponde à etapa de

- (A) Planejamento.
- (B) Acompanhamento das recomendações.
- (C) Seleção da metodologia.
- (D) Execução.
- (E) Estabelecimento do escopo.

19. As Normas de Auditoria, NAT do TCU apresentam recomendações referentes aos relatórios de auditoria. “*Apre-sentar, entre outras, toda a informação e todos os elementos necessários para satisfazer os objetivos da auditoria, permitir a correta compreensão dos fatos e situações relatadas, prover os usuários do relatório com uma compreensão suficientemente íntegra. As relações entre objetivos, critérios, achados e conclusões precisam ser expressas de forma clara e íntegra, permitindo sua verificação*” é a característica de

- (A) completude.
- (B) clareza.
- (C) convicção.
- (D) objetividade.
- (E) tempestividade.

20. Segundo os procedimentos em processos de tomadas e prestação de contas do TCM/GO, as contas dos gestores, quando apresentarem omissão no dever de prestação de contas (*accountability*), prática de ato ilegal, ilegítimo, antieconômico, infração a ato regulamentar, em especial de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, injustificado dano ao erário, serão consideradas

- (A) regulares com ressalva.
- (B) regulares sem ressalva com parágrafo de ênfase.
- (C) impróprias com rejeição.
- (D) irregulares com abstenção de opinião.
- (E) irregulares.

21. Os procedimentos de auditoria incluem as seguintes etapas: planejamento, avaliação do sistema de controle interno, elaboração de papéis de trabalho, avaliação dos riscos de auditoria, elaboração dos programas de trabalho, aplicação de testes de controle e procedimentos substantivos, elaboração de relatórios e emissão do relatório ou certificado. Um achado passa de indício à evidência, quando atender aos requisitos de suficiente e completo, pertinente ao tema e diretamente relacionados com o achado, sendo a evidência precedida dos atributos de

- (A) condição, caráter, capacidade de colateral.
- (B) legalidade, afetividade, legitimidade e afetação.
- (C) inspeção, observação, recalcule e reexecução.
- (D) condição, critério, causa e consequência.
- (E) contagem, confirmação, conferência e confronto com registros auxiliares.

22. O auditor, quando obtida evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis, deve expressar-se por meio de

- (A) opinião sem ressalva.
- (B) renúncia do trabalho.
- (C) opinião com parágrafo de ênfase.
- (D) abstenção de opinião.
- (E) opinião adversa.

**Controle Externo**

23. Nos trabalhos de fiscalização sobre as contas de gestão de um administrador público, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO obteve evidências de que ocorreu a prática de ato ilegal. Nos termos da Lei Orgânica do TCM/GO, essas contas serão julgadas
- (A) regulares com ressalva, caso o administrador público indenize o erário até a data do julgamento das contas.
 - (B) regulares com ressalva, caso fique evidenciado que o ato não é de natureza grave e não representa injustificado dano ao erário.
 - (C) irregulares, e será definida a responsabilidade individual, com aplicação de multa, neste caso, observando o valor máximo de R\$ 50.000,00.
 - (D) irregulares, e será definida a responsabilidade solidária do administrador e dos seus assessores com aplicação de multa, neste caso, observando o valor máximo de R\$ 50.000,00.
 - (E) irregulares, e será definida a responsabilidade individual com aplicação de multa, neste caso, observando o valor máximo de R\$ 55.000,00.
-
24. No exercício de suas atribuições, o TCM/GO deve apurar as despesas com pessoal dos entes jurisdicionados para o fim de controlar a obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Deverão ser considerados nesses cálculos, entre outros, os seguintes gastos:
- (A) adicionais, contribuições às entidades de previdência e despesas decorrentes de decisão judicial.
 - (B) vencimentos, encargos sociais e indenização por demissão de servidores.
 - (C) contratos de terceirização de mão de obra com substituição de servidores, gratificações e pensões.
 - (D) vantagens fixas e variáveis, subsídios e incentivos à demissão voluntária.
 - (E) indenização por demissão de empregados, horas extras e proventos de aposentadoria.
-
25. A fim de possibilitar maior participação da sociedade no controle dos resultados da administração, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu vários instrumentos de transparência da gestão fiscal que são utilizados pelo TCM/GO no exercício de suas atribuições de controle externo. Dentre esses instrumentos, estão o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal. É correto afirmar que o
- (A) Relatório de Gestão Fiscal será emitido ao final de cada bimestre e deverá estar acompanhado pelo demonstrativo dos resultados nominal e primário.
 - (B) Relatório Resumido da Execução Orçamentária será emitido ao final de cada bimestre e deverá conter o comparativo dos montantes da despesa total com pessoal com os limites da LRF.
 - (C) Relatório de Gestão Fiscal será emitido ao final de cada quadrimestre e deverá estar acompanhado, no último quadrimestre, das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
 - (D) Relatório Resumido da Execução Orçamentária será emitido ao final de cada quadrimestre e deverá estar acompanhado, no último quadrimestre, do demonstrativo da inscrição em restos a pagar, das despesas.
 - (E) Relatório de Gestão Fiscal será emitido ao final de cada quadrimestre e deverá conter, no último quadrimestre, demonstrativo do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro.
-
26. A Constituição Federal estabeleceu um elenco de competências ao controle externo que abrange a sustação de contratos. Nos termos do que dispõem tais normas constitucionais, o ato de sustação de contrato
- (A) será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
 - (B) é de competência do Tribunal de Contas, desde que esteja previamente autorizado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.
 - (C) será adotado diretamente pelo Tribunal de Contas, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados.
 - (D) será efetivado pelo Congresso Nacional ou pelo Poder Executivo no prazo de 180 dias ou então exaure-se-á a competência.
 - (E) será adotado diretamente pelo Tribunal de Contas, comunicando a decisão ao Senado Federal.



27. A Constituição Federal estabeleceu disposições sobre a organização e as competências do Tribunal de Contas da União que são de observância obrigatória aos Tribunais de Contas Estaduais. É o que se denomina Princípio da Simetria Concêntrica. Esta é a fonte de onde foram extraídas as competências e a organização do TCM/GO, que estão normatizadas na sua Lei Orgânica (Lei Estadual nº 15.958/2007). Nos termos desse sistema legal e consoante ao que dispõe sua Lei Orgânica, compete ao TCM/GO

- (A) decidir sobre consulta que lhe seja formulada por qualquer cidadão, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência.
- (B) encaminhar à Assembleia Legislativa, a cada dois anos, relatório das atividades desenvolvidas no biênio anterior.
- (C) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão e contratação de pessoal para cargos de provimento efetivo e em comissão, bem como de atos concessivos de aposentadorias e pensões.
- (D) apreciar, em caráter prioritário, sob pena de responsabilidade, os pedidos de informação de auditorias e inspeções que lhes forem endereçados pelo Presidente da Câmara Municipal, quando por esta aprovados.
- (E) exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades dos Poderes Municipais e das entidades da administração indireta, inclusive das fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, para verificar a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos, contratos, termos de parceria e outros ajustes, excetuados os convênios.

28. A dívida e o endividamento público são temas de grande relevância nas atribuições do controle externo, e é na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF que se encontra uma extensa regulação dos vários aspectos a eles relacionados. No tocante à composição da dívida e do endividamento, a LRF estabelece que

- (A) será incluída na Dívida Pública Consolidada da União a relativa a títulos da responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.
- (B) a Dívida Pública Consolidada ou Fundada compreende o montante total, com a inclusão de todas as duplicidades e das obrigações financeiras do ente da Federação.
- (C) a concessão de garantia é o compromisso de adimplência de obrigação não financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- (D) o refinanciamento do principal da Dívida Mobiliária não excederá, ao término de cada exercício, o montante do final do exercício anterior, subtraído ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas.
- (E) o refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária compreende a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

29. Considere as seguintes afirmações:

- I. Nos termos da Constituição Federal, ao controle interno cabe avaliar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Administração Federal, de maneira que fica excluída a sua avaliação sobre a aplicação de recursos por entidades de direito privado, em virtude da natureza dessas pessoas jurídicas.
- II. Nos termos da Constituição Federal, a missão atribuída ao controle interno para exercer o monitoramento das operações de crédito, avais e garantias, possibilita a ele estender esse controle até mesmo sobre os direitos e haveres da União.
- III. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas da LRF, com ênfase ao atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que, por uma razão de lógica, é determinante para que tão somente o Tribunal de Contas fiscalize o cumprimento da LRF no tocante aos limites e condições para realização de operações de crédito.
- IV. Nos termos da Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – LOTCM/GO, os responsáveis pelo controle interno deverão realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer, o que reserva a ele a prerrogativa de, conforme o caso, alertar formalmente a autoridade administrativa competente, para que instaure tomada de contas, sempre que tiver conhecimento de quaisquer das ocorrências referidas em dispositivo específico da LOTCM/GO.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e III.

30. A Lei Federal nº 12.527/2011 destina-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação. No entanto, reservou um capítulo específico para regular as hipóteses de restrição de acesso à informação e os respectivos procedimentos. Nos termos desse capítulo específico da Lei de Acesso à Informação,

- (A) o prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como ultrassecreta será de 30 (trinta) anos, a partir da data de sua produção.
- (B) as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos poderão ser objeto de restrição de acesso mediante decisão conjunta do Presidente da república e do Presidente do Congresso Nacional.
- (C) o prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como secreta será de 15 (quinze) anos, a partir da data de sua produção.
- (D) a classificação do sigilo de informação no grau de ultrassecreto, no âmbito da Administração Pública Federal, é de competência exclusiva do Presidente da República e do Presidente do Congresso Nacional.
- (E) o prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como reservada será de 10 (dez) anos, a partir da data de sua produção.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Segundo a Constituição Federal, compete aos Municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação
- (A) infantil e de ensino fundamental.
 - (B) de nível médio.
 - (C) de nível técnico profissionalizante.
 - (D) de nível superior.
 - (E) em nível de pós-graduação.
32. Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de
- (A) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 60.000 (sessenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes.
 - (B) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 20.000 (vinte mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes.
 - (C) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 60.000 (sessenta mil) habitantes.
 - (D) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.
 - (E) 17 (dezesete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 130.000 (cento e trinta mil) habitantes.
33. No controle de constitucionalidade brasileiro
- (A) apenas o Supremo Tribunal Federal pode processar e julgar originariamente ação direta de inconstitucionalidade.
 - (B) inexistente mecanismo de fiscalização judicial preventivo.
 - (C) juizados especiais podem declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
 - (D) apenas o texto constitucional formal e documental de 1988 é parâmetro de fiscalização.
 - (E) Tribunais Superiores não participam do controle difuso de constitucionalidade.
34. Decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade pode ser objeto de
- (A) embargos infringentes.
 - (B) revisão criminal.
 - (C) embargos de divergência.
 - (D) ação rescisória.
 - (E) embargos declaratórios.
35. O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana
- (A) não poderá ser cobrado pelo Distrito Federal.
 - (B) só poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, para assegurar o cumprimento da função social da propriedade.
 - (C) poderá ser utilizado como pena ao proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.
 - (D) será partilhado na razão de cinquenta por cento com o Estado de situação do imóvel.
 - (E) será objeto de lei de iniciativa privativa do Prefeito.

36. Pertence aos Municípios

- (A) 100% (cem por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- (B) 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto da União, por ela fiscalizado e cobrado, sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- (C) 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, na hipótese de Município que opta pela sua fiscalização e cobrança.
- (D) 25% (vinte e cinco por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- (E) 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

37. Aos juízes é permitido

- (A) receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.
- (B) exercer uma função de magistério.
- (C) dedicar-se à atividade político-partidária.
- (D) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.
- (E) exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, após decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Direito Administrativo

38. Suponha que o Estado de Goiás pretenda contar com a participação de entidades privadas na gestão dos serviços de alguns hospitais da rede pública. De acordo com a legislação federal que rege a matéria, tal participação poderá se dar mediante
- (A) convênio com entidades sem fins lucrativos, prevenindo pagamentos do Estado pela execução dos serviços delegados.
 - (B) contrato de programa com organizações da sociedade civil de interesse público, estabelecendo remuneração baseada em indicadores de desempenho.
 - (C) termo de parceria com empresas privadas, que poderão receber a qualificação de organização social, sem perder sua finalidade lucrativa.
 - (D) contrato de gestão com organizações sociais, que são entidades privadas sem fins lucrativos que recebem essa qualificação do Poder Executivo.
 - (E) consórcio com fundações públicas, que detenham experiência reconhecida na atividade de gestão hospitalar, qualificadas como OSCIPs.



39. Diretor Presidente de uma empresa com participação minoritária do Estado em seu capital social, firmou diversas contratações danosas à empresa, com preços muito acima daqueles praticados pelo mercado, havendo, ainda, indícios de que tenha recebido vantagens pessoais das empresas contratadas. De acordo com a Lei nº 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa,
- (A) os atos praticados não podem ser enquadrados como de improbidade administrativa, haja vista a natureza privada da empresa.
- (B) o Diretor Presidente pode ser sujeito ativo de ato de improbidade, limitada a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre as contribuições dos cofres públicos.
- (C) os atos praticados podem configurar improbidade administrativa apenas na hipótese de comprovado enriquecimento ilícito do Diretor Presidente.
- (D) a caracterização de improbidade administrativa pressupõe a comprovação de prejuízo direto ao ente público, no caso o Estado, não bastando a condição de acionista da empresa.
- (E) o Diretor Presidente estará sujeito às penas da Lei de Improbidade Administrativa apenas se for agente público ou possuir algum vínculo funcional ou estatutário com o Estado que o equipare a tal categoria.
40. Determinada sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Goiás necessita contratar serviços técnicos especializados de auditoria financeira, indispensáveis na estruturação de operação envolvendo a emissão de debêntures, para fins de obtenção de recursos no mercado de capitais necessários à implementação de seu programa de investimentos. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a referida sociedade de economia mista
- (A) poderá contratar os serviços de auditoria com inexigibilidade de licitação, desde que se trate de objeto singular e a empresa contratada detenha notória especialização.
- (B) deverá contratar a empresa mediante prévio procedimento licitatório, obrigatoriamente na modalidade concorrência do tipo melhor técnica ou técnica e preço.
- (C) não se sujeita aos ditames da referida lei, podendo, portanto, contratar livremente os serviços demandados, observada a compatibilidade de preços com o mercado.
- (D) não se sujeita aos ditames da referida lei, porém deverá contratar a consultoria mediante procedimento seletivo que garanta isonomia entre os interessados e a seleção da proposta mais vantajosa.
- (E) poderá contratar os serviços de auditoria com dispensa de licitação, se comprovar que o objeto do contrato está diretamente relacionado à sua atividade-fim.
41. Em uma obra de ampliação de rodovia estadual, contratada após regular procedimento licitatório, a Administração contratante identificou a necessidade de alteração do projeto para melhor adequação técnica aos seus objetivos, solicitando, assim, que tais alterações fossem observadas pela empresa contratada. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, a
- (A) empresa contratada não pode se opor à alteração unilateral imposta pela Administração, desde que efetuada em até 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato e não importe aumento dos encargos iniciais.
- (B) conduta da Administração se afigura ilegal, implicando burla ao procedimento licitatório em face da violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que impede supressões ou acréscimos ao objeto contratual.
- (C) implementação das alterações depende de aquiescência da empresa contratada, eis que as alterações unilaterais admissíveis são apenas acréscimos e supressões quantitativos ao objeto contratado.
- (D) empresa contratada é obrigada a acatar as alterações e, em havendo aumento de seus encargos, o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato deverá ser reestabelecido mediante aditamento.
- (E) conduta da Administração encontra suporte legal, porém a empresa contratada pode escusar-se de acatar as alterações, situação em que deverá ser convocada a segunda colocada no procedimento licitatório para, caso aceite as alterações, dar continuidade à execução do contrato.
42. Em um contrato de concessão firmado entre um Município e empresa privada para a exploração de serviços públicos de transporte de passageiros verificou-se o reiterado descumprimento, pela concessionária, de obrigações estabelecidas contratualmente relativas a indicadores de qualidade, conforto e pontualidade do serviço prestado aos usuários. Diante de tal situação, o poder concedente poderá
- (A) declarar a caducidade da concessão, mediante prévia autorização legislativa.
- (B) encampar o serviço, hipótese em que a concessionária não terá direito a indenização por investimentos não amortizados.
- (C) decretar a intervenção no contrato, por decreto, com instauração de procedimento administrativo que deverá ser concluído no prazo máximo de 180 dias.
- (D) extinguir o contrato, por ato motivado, mediante prévia indenização à concessionária pelos investimentos não amortizados e lucros cessantes.
- (E) aplicar as penalidades previstas contratualmente, culminando com a declaração de encampação, caso não sanados os descumprimentos identificados.



43. Determinado Município comprometeu-se a ampliar a oferta de vagas em creches à população, necessitando construir novas unidade e dotá-las dos serviços necessários. Pretende utilizar, como modalidade contratual para a consecução de tal objeto, a parceria público-privada – PPP, disciplinada pela Lei federal nº 11.079/2004. Tal pretensão, do ponto de vista jurídico, se afigura

- (A) inviável, eis que a PPP pressupõe a cobrança de tarifa do usuário, complementada por contraprestação pecuniária a cargo da Administração contratante.
- (B) viável, se o prazo do contrato for superior a 5 e inferior a 35 anos, e no valor mínimo R\$ 20.000.000,00, adotando-se a modalidade concessão administrativa.
- (C) viável, desde que adotada a modalidade concessão patrocinada e obtida autorização legislativa específica para aporte de recursos públicos.
- (D) inviável, por envolver prestação de serviço precedida de obra pública, podendo, todavia, ser desmembrada a contratação de forma que a PPP envolva apenas a obra.
- (E) viável, desde que o valor da contraprestação pública não supere R\$ 20.000.000,00 e seja obtida autorização legislativa específica.

44. O Estatuto da Cidade, diploma legal que estabelece diretrizes gerais da política urbana, contempla instrumentos de regulação do uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, entre os quais se inclui

- (A) operação urbana consorciada, estabelecida em lei municipal específica, baseada no Plano Diretor, que poderá estabelecer na área delimitada, entre outras medidas, a regularização de construções executadas em desacordo com a legislação vigente.
- (B) Imposto Territorial Urbano progressivo no tempo, aplicável a imóveis não utilizados, mediante majoração da alíquota pelo prazo máximo de 3 (três) anos consecutivos, limitada a 25% (vinte e cinco por cento).
- (C) desapropriação com pagamento em títulos, aplicável ao solo urbano não ocupado, declarado de interesse social pelo poder executivo no âmbito do Plano Diretor.
- (D) usucapião especial de imóvel urbano, outorgável àquele que possuir como sua área ou edificação em área urbana de até 500 (quinhentos) metros quadrados, sem oposição, pelo prazo de 10 (dez) anos ininterruptos.
- (E) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, mediante ato do poder executivo, com prazo não inferior a um ano para iniciar as obras do empreendimento.

Direito Financeiro e Tributário

45. O Código Tributário Nacional, no Capítulo V do Título I do seu Livro II, trata das diversas modalidades de responsabilidade tributária. De acordo com esse código,

- (A) os tutores e curadores respondem solidariamente pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados, nos atos em que intervierem ou não, ou pelas omissões de que forem responsáveis, independentemente da possibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte (“responsabilidade por sucessão”).
- (B) a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos impostos devidos a partir da data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas (“responsabilidade *a posteriori*”).
- (C) o adquirente ou remitente é pessoalmente responsável pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos (“responsabilidade por sucessão”).
- (D) a responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações em cuja definição o dolo genérico do agente seja elementar (“responsabilidade por sucessão”).
- (E) a responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido, dos juros de mora, de multa de mora e de atualização monetária, calculados até a data do pagamento (“denúncia espontânea ou autodenúncia”).

46. A Constituição Federal atribui competência à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para instituir impostos, taxas e contribuições de melhoria. Essas pessoas jurídicas de direito público também têm competência para instituir contribuições.

De acordo com a Constituição Federal, os Municípios podem instituir contribuições

- (A) 1. para o custeio do serviço de iluminação pública, na forma das respectivas leis,
2. sociais e
3. cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário estatutário.
- (B) 1. para o custeio do serviço de iluminação pública, na forma das respectivas leis,
2. cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário estatutário e
3. de intervenção no domínio econômico.
- (C) 1. de intervenção no domínio econômico e
2. de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- (D) 1. de intervenção no domínio econômico,
2. sociais e
3. de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- (E) 1. cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, do regime previdenciário estatutário e
2. para o custeio do serviço de iluminação pública, na forma das respectivas leis.



47. De acordo com a Constituição Federal, é vedado aos Municípios instituir (A) impostos e taxas sobre patrimônio, renda ou serviços, da União, dos Estados e do Distrito Federal e de outros Municípios. (B) impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros. (C) tributos sobre templos de qualquer culto, no que diz respeito ao patrimônio, renda e serviços, relacionados ou não com as suas finalidades essenciais. (D) impostos sobre livros, jornais, periódicos, papel, tinta e demais insumos empregados na sua impressão. (E) impostos e contribuições sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, especificamente naquilo que se relaciona com as finalidades essenciais dessas entidades.	50. O controle da execução do orçamento, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, compreenderá, (A) apenas, a análise da legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações, sendo que a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será sempre subsequente à prática do ato. (B) entre outros procedimentos legais, a análise do cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços e será exercido, internamente, de modo preferencial e privativo, pelo Poder Legislativo. (C) unicamente, o exame da fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos, podendo haver, a qualquer tempo, como forma de controle externo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos. (D) entre outros procedimentos legais, a análise do cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços, e será exercido, internamente, pelo Poder Executivo. (E) exclusivamente, o exame da fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos, podendo haver, a qualquer tempo, como forma de controle interno, levantamento, prestação ou tomada de contas do principal responsável legal por bens ou valores públicos.
48. De acordo com a Constituição Federal, a atribuição para I. estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, bem como II. fixar as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientar a elaboração da lei orçamentária anual, dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento São, respectivamente, da (A) I. Lei de Diretrizes Orçamentárias e da II. Lei que institui o Plano Plurianual. (B) I. Lei que estabelece Orçamento Anual e da II. Lei que institui o Plano Plurianual. (C) I. Lei que institui o Plano Plurianual e da II. Lei de Diretrizes Orçamentárias. (D) I. Lei de Diretrizes Orçamentárias e da II. Lei que estabelece Orçamento Anual. (E) I. Lei que institui o Plano Plurianual e da II. Lei que estabelece Orçamento Anual.	51. De acordo com o que estabelece a Lei nº 4.320/1964 a respeito da despesa orçamentária, considere as assertivas. I. É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento. II. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. III. Por motivos de conveniência e oportunidade, ainda que sem previsão na legislação específica, os agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos, poderão deixar de emitir a nota de empenho. IV. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar. V. O empenho da despesa poderá exceder, em 2,5% (dois e meio por cento), no máximo, o limite dos créditos concedidos. VI. Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria. VII. É permitida, no caso de força maior ou de fato superveniente, a realização de despesa sem prévio empenho, observada a necessidade de recomposição da conta, até o final do exercício. Está correto o que se afirma APENAS em (A) I, II, III, V e VI. (B) I, II, IV e VI. (C) I, IV, VI e VII. (D) II, III, V e VII. (E) III, IV, V e VII.
49. A renúncia de receita a que se refere a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, compreende (A) a remissão, o subsídio, a concessão de isenção em caráter geral ou não, a alteração de alíquota ou a modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições. (B) apenas a anistia e a remissão. (C) a anistia, a concessão de isenção em caráter geral ou não, a alteração de alíquota ou a modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições. (D) apenas o subsídio, a concessão de isenção em caráter geral ou não, a alteração de alíquota ou a modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições. (E) entre outras figuras, a da anistia, a do subsídio e da modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições.	

**Direito Previdenciário**

52. De acordo com a Lei nº 8.212/1991, as propostas orçamentárias anuais ou plurianuais da Seguridade Social serão elaboradas por Comissão integrada por

- (A) três representantes, sendo um da área da saúde, um da área da previdência social e um da área de assistência social.
- (B) sete representantes, sendo dois da área da saúde, dois da área da previdência social e três da área de assistência social.
- (C) sete representantes, sendo dois da área da saúde, três da área da previdência social e dois da área de assistência social.
- (D) cinco representantes da área de assistência social.
- (E) três representantes da área da assistência social.

53. Considere:

- I. Servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com autarquia Federal.
- II. Servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com Fundação Pública Federal.
- III. Exercente de mandato eletivo estadual não vinculado a regime próprio de previdência social.
- IV. Estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.

De acordo com a Lei nº 8.212/1991 são segurados obrigatórios da Previdência Social como empregado os indicados em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

54. No tocante ao salário-família, considere:

- I. O aposentado por invalidez terá direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.
- II. O valor da cota do salário-família é paga por filho ou equiparado de qualquer condição, até quinze anos de idade ou inválido de qualquer idade.
- III. A cota do salário-família é incorporada ao salário ou ao benefício para efeito de pagamento de 13º salário.

De acordo com a Lei nº 8.213/1991, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) I.

55. De acordo com a Lei Federal nº 9.717/1998, que estabelece as Regras Gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos – RPPS, o servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação,

- (A) permanecerá vinculado ao regime de origem, quando a cessão ocorrer com ou sem ônus para o cessionário.
- (B) não permanecerá vinculado ao regime de origem, independentemente da cessão ocorrer com ou sem ônus para o cessionário.
- (C) permanecerá vinculado ao regime de origem, apenas quando a cessão ocorrer sem ônus para o cessionário.
- (D) permanecerá vinculado ao regime de origem, pelo prazo mínimo de dois anos, apenas quando a cessão ocorrer com ônus para o cessionário.
- (E) permanecerá vinculado ao regime de origem, pelo prazo mínimo de um ano, apenas quando a cessão ocorrer com ônus para o cessionário.

56. Considere:

- I. Realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.
- II. Cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, permitido o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios.
- III. Registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais.
- IV. Sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.

De acordo com a Lei Federal nº 9.717/1998 os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados, dentre outros, os critérios indicados APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e IV.



Direito Civil	Direito Processual Civil
57. No tocante à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que a (A) alegação de desconhecimento da lei escusa o seu cumprimento, como regra geral. (B) jurisdição é obrigatória e deverá ser prestada, pelo juiz, mesmo que não haja lei expressa sobre determinada matéria. (C) lei só poderá ser revogada expressamente por outra lei, inexistindo revogação normativa tácita. (D) lei em vigor terá efeito imediato e geral, significando que, em regra, retroage para alcançar os fatos pretéritos e os efeitos produzidos desses fatos. (E) lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga parcial ou totalmente a lei anterior.	60. <i>Deve haver correlação entre pedido e sentença, sendo defeso ao juiz decidir alguém, fora ou além do que foi pedido, se para isto a lei exigir a iniciativa da parte.</i> Este enunciado refere-se ao princípio (A) da identidade física do juiz. (B) da eventualidade. (C) da adstrição ou congruência. (D) do livre convencimento judicial. (E) da persuasão racional.
58. No direito brasileiro, a responsabilidade civil é (A) sempre subjetiva, com a necessidade de comprovação de imprudência, negligência ou imperícia, além do nexo causal e dano. (B) objetiva, em regra, na modalidade de risco atividade, configurando-se independentemente de culpa. (C) subjetiva, em regra, implicando a necessidade de prova da ação ou omissão voluntária, nexo causal, culpa e dano. (D) é sempre objetiva, na modalidade de risco criado ou risco atividade, sem necessidade de demonstração de imprudência, negligência ou imperícia. (E) tanto subjetiva como objetiva, nesse último caso enquadrando-se a responsabilidade do profissional liberal e dos fornecedores de produtos e serviços.	61. No tocante à competência, (A) a conexão de causas é matéria de ordem privada, dependendo de requerimento da parte para ser conhecida pelo juiz. (B) para a ação em que se pedem alimentos, é competente o foro do domicílio ou da residência do alimentante. (C) quando decorrer da matéria e do território poderá modificar-se pela conexão ou continência. (D) como regra normativa, nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato. (E) ocorrendo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que saneou o feito em primeiro lugar.
59. No tocante ao inadimplemento das obrigações, considere: I. Nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que executou o ato de que se devia abster. II. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, em nenhuma hipótese. III. Inadimplida a obrigação, o devedor responde por perdas e danos, bem como por juros e atualização monetária, segundo os índices oficiais regularmente estabelecidos e honorários advocatícios. IV. O inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, em seu termo, constitui o devedor em mora após sua interpelação judicial ou extrajudicial. Está correto o que se afirma em (A) I e III, apenas. (B) II e IV, apenas. (C) I, II, III e IV. (D) II, III e IV, apenas. (E) I, II e IV, apenas.	62. No tocante às condições da ação e aos pressupostos processuais, (A) para que o juiz possa examinar o pedido inicial deve examinar preliminarmente tanto as condições da ação como os pressupostos processuais, ambos antecedendo a análise da pretensão meritória do autor. (B) a análise do mérito depende da prévia perquirição dos pressupostos processuais, mas não das condições da ação, que já dizem respeito ao próprio mérito da pretensão deduzida em juízo. (C) o exame do mérito depende da prévia análise das condições da ação, mas não dos pressupostos processuais, que se consideram como prejudiciais do mérito deduzido em juízo. (D) tanto os pressupostos processuais como as condições da ação são prejudiciais à análise do mérito e, reconhecida sua ausência, implica deva o juiz determinar a emenda da petição inicial, para sanar o vício. (E) embora preliminares à pretensão meritória, o reconhecimento da ausência das condições da ação ou dos pressupostos processuais conduz à extinção do processo com resolução do mérito, obstando a que, em regra, seja a demanda ajuizada novamente.



63. Quanto à capacidade processual e postulatória, (A) os atos praticados por advogado em situação irregular serão tidos por anuláveis, a requerimento da parte adversa, respondendo o advogado por despesas e perdas e danos. (B) a capacidade de ser parte é exclusiva dos entes personalizados, isto é, das pessoas físicas ou jurídicas que tenham personalidade civil. (C) se forem demandadas, as sociedades sem personalidade jurídica poderão opor como defesa a irregularidade de sua constituição. (D) sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a postular em juízo, em nenhuma hipótese. (E) todas as pessoas, sem exceção, físicas ou jurídicas, têm a capacidade de ser parte, porque são titulares de direitos e obrigações na ordem civil.	66. Nos recursos, (A) o sistema processual civil não permite em nenhuma hipótese o efeito translativo recursal, pelo qual fica o tribunal autorizado a julgar fora do que consta das razões ou contrarrazões recursais. (B) por ausência de previsão legal, não é mais possível aplicar-se o princípio da fungibilidade recursal em nenhum caso, ou seja, a possibilidade de o tribunal conhecer do recurso interposto erroneamente, recebendo-se o recurso correto à hipótese dos autos. (C) ocorre o princípio da singularidade, pelo qual para cada decisão judicial recorrível é cabível um único tipo de recurso, vedado à parte ou interessado interpor mais de um tipo de recurso contra a mesma decisão. (D) como regra geral, a sentença substitui o julgamento proferido pelo tribunal no que tiver sido objeto de recurso, não incidindo o efeito substitutivo em segundo grau de jurisdição. (E) a questão da tempestividade da interposição está afeta sempre ao tribunal, não cabendo ao juiz prolator da decisão ou sentença sua análise prévia.
64. No tocante à citação processual, (A) se o réu comparecer aos autos apenas para arguir sua nulidade, e sendo esta decretada, o ato citatório deverá repetir-se, expedindo-se novo mandado para tal fim. (B) considera-se que tenha ocorrido a partir do momento em que o réu tem ciência inequívoca da ação proposta. (C) trata-se de ato que só poderá ocorrer pessoalmente ao réu, em seu domicílio ou, alternativamente, no local de trabalho. (D) como regra geral, a citação se faz por mandado a ser cumprido por oficial de justiça e, se frustrado este meio, far-se-á pelo correio. (E) se o oficial de justiça procurar o réu por três vezes em seu domicílio, suspeitando de sua ocultação, deverá certificar o fato ao juiz, que determinará a citação por edital, imediatamente.	Direito Penal 67. Fernando deu início à execução de um delito material, praticando atos capazes de produzir o resultado lesivo. Todavia, aliou-se à sua ação uma concausa I. preexistente, absolutamente independente em relação à conduta do agente que, por si só, produziu o resultado. II. concomitante, absolutamente independente em relação à conduta do agente que, por si só, produziu o resultado. III. superveniente, relativamente independente em relação à conduta do agente, situada na mesma linha de desdobramento físico da conduta do agente, concorrendo para a produção do resultado. IV. superveniente, relativamente independente em relação à conduta do agente, sem guardar posição de homogeneidade em relação à conduta do agente e que, por si só, produziu o resultado. O resultado lesivo NÃO será imputado a Fernando, que responderá apenas pelos atos praticados, nas situações indicadas em (A) I e III. (B) I e II. (C) II, III e IV. (D) I, II e IV. (E) III e IV.
65. No que se refere aos deveres das partes e seus procuradores, é INCORRETO afirmar: (A) É dever processual da parte não formular pretensões, nem alegar defesa, ciente de que são destituídas de fundamento. (B) É dever da parte cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final. (C) Quanto aos deveres processuais, o termo "parte" deve ser entendido em seu sentido amplo, significando todo aquele que participa do processo, inclusive os terceiros intervenientes e assistentes. (D) É defeso às partes e a seus advogados empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, cabendo ao juiz, somente se requerido pela parte ofendida, mandar riscá-las, por se tratar de direito personalíssimo do réu. (E) A parte deverá pleitear apenas provas pertinentes à demonstração de seu direito, fugindo à probidade processual produzir provas ou praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa desse direito.	



68. Paulo e Pedro, valendo-se da qualidade de funcionários públicos lotados em uma Delegacia de Polícia, cogitaram subtrair uma motocicleta apreendida que se encontrava no pátio de estacionamento. Reuniram-se e traçaram os planos de ação. No dia combinado, Paulo distraiu os policiais que ali trabalhavam, enquanto Pedro retirou o veículo do local. No dia seguinte, a motocicleta foi desmontada e as peças vendidas, tendo ambos rateado o valor recebido. Nesse caso, o crime de peculato doloso consumou-se no momento em que

- (A) as peças foram vendidas e o valor recebido foi rateado entre Paulo e Pedro.
- (B) Paulo e Pedro cogitaram subtrair a motocicleta.
- (C) Paulo e Pedro reuniram-se e traçaram os planos de ação.
- (D) a motocicleta foi desmontada.
- (E) Paulo distraiu os policiais e Pedro retirou a motocicleta da Delegacia.

69. Cláudio, agente fiscal de rendas, constatou sonegação de impostos por parte da empresa Alpha. No entanto, deixou de autuá-la, retardando a prática do ato de ofício, por ser amigo do sócio administrador da empresa. Porém, outro fiscal, sabendo do ocorrido, foi até a empresa e lavrou o auto de infração. Nesse caso, Cláudio

- (A) responderá por prevaricação na forma tentada.
- (B) responderá por prevaricação na forma consumada.
- (C) não responderá por delito algum, por ter sido o auto de infração lavrado por seu colega de função.
- (D) responderá por excesso de exação na forma culposa.
- (E) responderá por corrupção ativa.

70. Rodrigo praticou no exterior crime sujeito à lei brasileira e foi condenado a 1 ano de reclusão no exterior e a 2 anos de reclusão no Brasil. Cumpriu a pena no exterior e voltou ao Brasil, tendo sido preso em razão do mandado de prisão expedido pela justiça brasileira. Nesse caso, a pena cumprida no exterior

- (A) será considerada circunstância atenuante e a pena fixada no Brasil será objeto de nova dosimetria.
- (B) implicou exaurimento da sanção penal cabível e Rodrigo não estará sujeito ao cumprimento da pena imposta no Brasil.
- (C) será descontada da pena imposta no Brasil e, assim, Rodrigo terá que cumprir mais 1 ano de reclusão.
- (D) é irrelevante para a lei brasileira e Rodrigo deverá cumprir integralmente os 2 anos de reclusão impostos pela justiça brasileira.
- (E) implicará na transformação automática da pena imposta no Brasil em sanção pecuniária.